

**JUVENTUDE ATINGIDA
PELA MINERAÇÃO DA
VALE S.A NA AMAZÔNIA:
articulações
comunicativas da Rede
Justiça nos Trilhos**

**YOUTH AFFECTED BY THE MINING
OF VALE S.A. IN THE AMAZON:
communicative articulations of the
Justice on the Rails Network**

**JUVENTUD AFECTADA POR LA
MINERÍA DE LA VALE S.A. EN LA
AMAZÔNIA: articulaciones
comunicativas de la Rede Justiça
nos Trilhos**

**Célia Regina Trindade Chagas Amorim¹
Larissa Pereira Santos^{2, 3}**

RESUMO

Este artigo analisa as práticas comunicativas da Rede Justiça nos Trilhos, utilizadas no Encontro da Juventude Atingida pela Mineração, como uma importante estratégia para discutir criticamente os impactos da mineração na Amazônia brasileira e fomentar a busca por cidadania com jovens afetados (as) pela mineradora Vale S.A. A metodologia se constitui de observação

¹ Doutora e Mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) e da Faculdade de Comunicação (Facom) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia (UFPA-CNPq). E-mail: celia.trindade.amorim@gmail.com.

² Mestra em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Integrante do Grupo de Pesquisa Mídias Alternativas na Amazônia (UFPA – CNPq). E-mail: larissasantos.jornalista@gmail.com.

³ Endereço de contato das autoras (por correios): Rua Augusto Correa 01 – Guamá – CEP: 66075900 - Belém, PA – Brasil.

participante e entrevistas. O quadro teórico está composto, principalmente por Freire (1983), Melucci (1997), Sposito (2000), Mouffe (2003; 1993), Pinsky e Pinsky (2011) e Santos (2008). Buscamos contribuir na visibilização de vozes que são silenciadas na Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Redes de Movimentos Sociais; Juventude Atingida pela Mineração; Rede Justiça nos Trilhos; Amazônia.

ABSTRACT

This article analyzes the communication practices of the Justice on the Rails Network, used in the Meeting of Youth Affected by Mining, as an important strategy to critically discuss the impacts of mining in the Brazilian Amazon and to promote the search for citizenship with young people affected by mining company Vale S.A. The methodology consists of with participant observation and interviews. The theoretical framework consists mainly of Freire (1983), Melucci (1997), Sposito (2000), Mouffe (2003, 1993), Pinsky and Pinsky (2011) and Santos (2008). We seek to contribute to the visualization of voices that are silenced in the Amazon.

KEYWORDS: Communication; Social Movements Network; Youth affected by the mining; Justice On the Rails Network; Amazon.

RESUMEN

Este artículo analiza las prácticas comunicativas de la Rede Justiça nos Trilhos, utilizadas en el Encuentro de la Juventud Afectada por la Minería, como una importante estrategia para discutir críticamente los impactos de la minería en la Amazonia brasileña y fomentar la búsqueda por ciudadanía con jóvenes afectados por la empresa minera Vale S.A. La metodología se constituye de observación participante y entrevistas. El cuadro teórico está compuesto, principalmente por Freire (1983), Melucci (1997), Sposito (2000), Mouffe (2003, 1993), Pinsky y Pinsky (2011) y Santos (2008). Buscamos contribuir en la visibilización de voces que son silenciadas en la Amazonia.



revista
Observatório

ISSN nº 2447-4266

Vol. 4, n. 6, Outubro-Dezembro. 2018

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2018v4n6p729>

PALABRAS CLAVE: Comunicação; Redes de Movimentos Sociais; Juventud Afectada por la Minería; Rede Justiça nos Trilhos; Amazonia.

Recebido em: 08.06.2018. Aceito em: 12.08.2018. Publicado em: 08.10.2018.

Introdução

Este artigo busca fazer um estudo sobre as articulações comunicativas da Rede Justiça nos Trilhos, especificamente no que tange às relações com atores sociais jovens, na defesa dos direitos de comunidades atingidas pela mineradora Vale S.A na Amazônia brasileira. Partimos da hipótese de que as redes comunicativas construídas no Encontro da Juventude Atingida pela Mineração ajudam a denunciar os impactos da mineração provocados pela empresa Vale S.A. na Amazônia, promovendo ações políticas e cidadãs por meio de uma atuação local, nacional e internacional.

A Rede Justiça nos Trilhos surgiu no ano de 2007, como uma campanha internacional realizada para buscar apoio às pessoas atingidas pela Vale S.A. na Amazônia. A campanha ganhou força e adesão de vários movimentos sociais, comunidades, sindicatos e organizações durante o Fórum Social Mundial (FSM), em 2009, na cidade de Belém do Pará.

A construção da campanha, com objetivos definidos especificamente em relação às ações da mineradora Vale S.A. também ganhou a adesão de comunidades situadas ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC). A EFC é uma ferrovia de concessão da empresa Vale S.A., construída na década de 1970 para o transporte e escoamento de minérios. A ferrovia tem 892 quilômetros de extensão e abrange os estados do Pará e Maranhão, constituindo parte da infraestrutura do Programa Grande Carajás (PGC).

Em 2009, na ocasião do Fórum Social Mundial (FSM), em Belém do Pará, a Justiça nos Trilhos recebeu a adesão de movimentos que tinham dentre as suas bandeiras a luta contra as violações de direitos humanos cometidas no âmbito da mineração e siderurgia. Além disso, realizou articulações com atingidos (as) de outros países nesse evento.

Com a participação no Fórum, a Rede Justiça nos Trilhos passou por uma mudança agregando características já presentes em outros movimentos sociais que participavam desses encontros e se articulando com muitos deles. A natureza desses movimentos é a busca pela transformação e justiça social a partir da união entre diferentes atores. Nesse sentido, a Justiça nos Trilhos buscou atuar como uma rede de comunidades e movimentos, demarcando, com isso, uma identidade própria e um posicionamento político.

O contexto de nascimento da Rede Justiça nos Trilhos é um período considerado, pelos estudiosos do setor mineral do Brasil, como o boom mineral. São os anos 2000, nos quais ocorrem maiores investimentos no setor, busca pela aceleração nas exportações e destaque do país no cenário internacional. Ao mesmo tempo, entre os anos de 2009 e 2010 a articulação popular da Rede se fortaleceu (RIBEIRO JUNIOR; MARINHO, 2013) e as denúncias dos impactos decorrentes da exploração mineral passaram a ocorrer com mais frequência.

Impactos como remoções forçadas, poluição do ar e sonora, mortes e atropelamentos na ferrovia, aumento nos índices de exploração sexual em locais de obras, trepidações, rachaduras nas casas, fazem parte de uma série de denúncias levantadas em manifestações (Figura 1), encontros, debates e reuniões de instituições ligadas aos direitos humanos no Brasil e no mundo. De acordo com Amorim, "é dessa forma que o poder do capital se manifesta no território e transforma tudo e todos em mercadoria, ou seja, financeiriza o meio ambiente e a vida nele contida, sempre com a imagem da sustentabilidade da Amazônia" (AMORIM, 2017, p.8).

Figura 1: Manifestação contra os impactos da Vale S.A na cidade de São Luís, Maranhão



Fonte: Rede Justiça nos Trilhos, 2017

Com dezenas de ações realizadas, articulação de novos atores e movimentos, a Justiça nos Trilhos, além de questionar e cobrar pela responsabilização da Vale S.A., também enfatizou o dever do Estado no contexto de violações de direitos, por meio de incidência jurídica. Hoje os trabalhos desenvolvidos por essa organização se baseiam nos seguintes princípios:

Fortalecer as comunidades ao longo do corredor Carajás e denunciar as violações aos direitos humanos e da natureza responsabilizando Vale e Estado, prevenindo novas violações e reafirmando os modos de vida e a autonomia das comunidades nos seus territórios (REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS, 2017).

A missão da Rede, destacada acima, evidencia as transformações inerentes aos contextos de atuação dos movimentos sociais no Brasil: mudanças nas formas de atuação, com ênfase no estímulo da autonomia das comunidades e a responsabilização do Estado e das empresas. Essas modificações ligadas ao histórico da Justiça nos Trilhos justificam a necessidade, neste artigo, de uma abordagem sobre as suas redes de articulações e busca por cidadania, ações que em diversos momentos são protagonizadas pela juventude que sofre os impactos da mineração na Amazônia.

Nesse sentido, o presente artigo se estrutura com base nas discussões sobre comunicação e cidadania e suas relações com a juventude. Aborda as formas de atuação da Justiça nos Trilhos e seus objetivos com as redes de atores jovens. A análise é resultado de uma abordagem metodológica qualitativa, com a realização de observação participante e entrevistas realizadas durante o Encontro da Juventude Atingida pela Mineração, nos dias 24 e 25 de junho de 2017, na cidade de Açailândia, no Maranhão.

Este trabalho faz parte das reflexões construídas no âmbito dos estudos do mestrado em Comunicação, no Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará. Trata-se de um recorte sobre as formas de ação e organização da Rede Justiça nos Trilhos com a juventude, entendendo-as como ações políticas e cidadãs que ajudam na transformação social e na incorporação de direitos coletivos.

Relações comunicativas e em redes

Entendemos a comunicação como um processo de interação social e dialógico capaz de gerar transformação nos sujeitos. A ideia de rede é abordada neste artigo como uma relação comunicativa, construída nos

diferentes modos de organização dos movimentos da sociedade, dentre eles, nas práticas cotidianas desenvolvidas pela Justiça nos Trilhos. Levantamos reflexões teóricas da comunicação e seus diferentes processos no universo de atuação da Rede, uma organização que atua com comunidades e movimentos sociais de atingidas e atingidos pela Vale S.A.

Milton Santos (2008) nos diz que as definições sobre rede se multiplicam entre as diversas áreas, mas para ele, uma referência que se faz ao conceito é a de que ela também “é social e política”, diz respeito às ações e relações estabelecidas entre as pessoas, suas mensagens e valores (SANTOS, 2008, p.262). Desse ponto de vista, a Justiça nos Trilhos se apresenta como uma forma de organização social, cultural e política.

É nessa perspectiva que o presente estudo dialoga com o geógrafo, porém, destaca o emprego do termo no âmbito da comunicação, entendendo-o como uma relação comunicativa, interativa, estabelecida entre diferentes atores sociais. Assim, apresentamos um caso de redes comunicativas que vai muito além do que as ferramentas tecnológicas podem proporcionar e faz referência às interações face a face, identificadas nos variados espaços das comunidades e movimentos sociais atingidos pela Vale S.A.

Para Milton Santos (2008) o estudo sobre as redes - na perspectiva das diferentes relações que podem ser construídas - permite a compreensão de que nem tudo é rede e de que nem todas as redes são homogêneas. “Levando em conta seu aproveitamento social, registram-se desigualdades no uso e é diverso o papel dos agentes no processo de controle e de regulação do seu funcionamento” (SANTOS, 2008, p.181).

Por isso o autor enfatiza que rede é também uma relação de poder, estabelecida entre atores que estão condicionados à necessidade de formas de organizações cada vez mais fluidas, o que pode gerar, por exemplo,

comportamentos hegemônicos daqueles que atuam em escala global, em detrimento dos atores que estão nos territórios (escala local).

A partir dessa crítica podemos mencionar as ações da mineradora Vale S.A., uma empresa transnacional que atinge negativamente comunidades locais, limitando-as, entre outras questões, de cidadania, dos direitos de consulta e expressão sobre a execução de empreendimentos em seus territórios.

Portanto, o sentido de rede pensado como um processo de relações construídas nos mais variados contextos políticos, sociais e culturais, permite uma reflexão sobre o tipo de comunicação que defendemos. Uma comunicação que proporciona vivências cotidianas em redes, com uma dimensão política capaz de fazer transformações sociais, características observadas na Rede Justiça nos Trilhos e em suas relações com a juventude.

Nesse caminho, contamos com as contribuições de Paulo Freire (1983), que nos ajuda a entender a comunicação como um direito humano. As ideias de Freire têm como cerne a transformação social e a emancipação dos sujeitos em contextos de injustiças e explorações. A educação como um caminho para a mudança do mundo em um mundo mais humano foi um dos desafios do estudioso que construiu suas reflexões em permanente contato com diferentes sujeitos sociais.

Os estudos de Freire (1983) se tornaram importantes para as reflexões desta pesquisa, já que estamos falando de um contexto amazônico permeado por desigualdades e opressões em comunidades tradicionais, populares e periféricas. Mesmo estando em um período histórico diferente daquele em que as obras do educador foram escritas, acreditamos na sua relevância para entender nosso universo, hoje, e para nos lançarmos ao desafio da crítica social. Freire (1983) defende a comunicação como diálogo, uma ação construída entre sujeitos ao se conhecerem. Segundo o autor o encontro é o eixo central para a

realização do diálogo, o que dá sentido à existência dos sujeitos no mundo. Ao se caracterizar como uma rede de atores diversificados que busca romper com o silenciamento de vozes, com o apagamento de culturas e modos de vidas, a Rede Justiça nos Trilhos se aproxima das reflexões de Paulo Freire.

Ele (1983) defende o ato de comunicar como uma ação praticada a partir do encontro de sujeitos que buscam marcar “a significação dos significados”. Assim, a comunicação estabelece um ideal de pertencimento a um espaço entre sujeitos, uma reciprocidade entre eles e a capacidade de lutarem para serem ouvidos diante de contextos de dominação e hegemonia. O que podemos relacionar com as formações de grupos de jovens que se mobilizam a partir de uma identificação, de se considerarem atingidas e atingidos pela Vale S.A.

[...] Comunicar é comunicar-se em torno do significado significante. Desta forma, na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar se comunicam seu conteúdo. O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como diálogo é comunicativo [...] É então indispensável ao ato comunicativo, para que este seja eficiente, o acordo entre os sujeitos, reciprocamente comunicantes (FREIRE, 1983, p. 67).

Desse modo, o diálogo entre os sujeitos é condição básica para o ato comunicativo, o que tem sua eficácia determinada pelo encontro. A comunicação acontece como um ato de reciprocidade entre sujeitos e signos linguísticos que são produzidos por ambos. “O mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação” (FREIRE, 1983, p. 44).

Nos processos comunicativos a alteridade é um componente para a compreensão dos conflitos existentes na sociedade e uma possibilidade de resolução dos mesmos, ou, pelo menos de uma reflexão. Assim, o lugar do conflito é um lugar privilegiado para a concepção de comunicação defendida por Freire (1983), como uma ação dialógica entre os seres humanos.

O autor (1983) acredita que a intersubjetividade ou a intercomunicação é característica essencial das práticas históricas e culturais que são construídas pelos sujeitos. “É pela intersubjetividade que se estabelece a comunicação entre os sujeitos” (FREIRE, 1983, p. 48). É por isso que a relação torna-se uma condição para o “estar” no mundo. Freire afirma que o homem não pode viver com o seu pensamento isolado, logo não pode viver independente do outro.

A comunicação é então uma forma de relação, de existência, de estar no mundo. Com isso podemos associar as formas de denúncias e manifestações da juventude atingida pela mineração, no âmbito da Justiça nos Trilhos, que logo mais apresentaremos, como processos comunicacionais que buscam a afirmação de modos de vidas, de direitos e de sobrevivência.

Reforçando a importância de Paulo Freire neste trabalho, Venício Lima (2004) destaca as contribuições de Freire como uma proposta relevante na atualidade para repensarmos os processos comunicacionais. “Na visão de Freire, enquanto os animais são seres de contatos que se adaptam ao mundo e estão nele, os homens são seres de relações que interagem com o mundo na práxis e estão com ele” (LIMA, 2004, p.58). Assim é reforçada a ideia defendida por Freire de que os homens são “Sujeitos criativos” em interação comunicativa.

Consideramos esse pensamento sobre comunicação central para a análise das relações em redes desenvolvidas com a juventude atingida pela mineração a partir das articulações da Rede Justiça nos Trilhos. É o que discutiremos no ponto a seguir.

Juventudes e organização coletiva

Uma das características da Rede Justiça nos Trilhos é o fato de ter se fortalecido como uma rede articulada de comunidades e movimentos sociais atingidos pela Vale S.A. desenvolvendo ações de cidadania pelo corredor de

Carajás, nos estados do Maranhão e Pará e com diferentes movimentos do Brasil e do mundo.

Na Amazônia brasileira, o ciclo da mineração é protagonizado pela atuação da mineradora Vale S.A. Ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC) existem 27 municípios que são afetados pelos danos da mineração, sobretudo em decorrência das ações da Vale S. A. São comunidades que se reconhecem como ribeirinhas, pescadores, quilombolas, indígenas, camponeses, assentados, etc, e muitas estão envolvidas com as redes de ações que buscam reivindicar direitos, articuladas, entre outros movimentos e organizações, com a Justiça nos Trilhos.

Cada uma dessas comunidades apresenta modos de vida, formas de resistências e de lutas contra os impactos da mineração e congregam semelhanças e afinidades. Como exemplos de articulações coletivas podemos mencionar as diversas manifestações organizadas para cobrar direitos nas ruas e na internet, a participação em audiências públicas locais e estaduais, denúncias em instâncias internacionais como a Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH), encontros, formações e debates, dentre outros.

A presença da juventude pode ser percebida em muitas dessas articulações ocorridas entre os movimentos sociais e comunidades atingidas pela Vale S.A. Um caso específico é o Encontro da Juventude Atingida pela Mineração (EJAM), que ocorre anualmente como parte integrante de um evento maior: o Encontro Regional dos Atingidos pela Mineração. Durante o ano de 2017 a Rede Justiça nos Trilhos promoveu dois encontros paralelos com a juventude atingida pela Vale S.A. no Maranhão.

O objetivo dos encontros foi realizar momentos de partilha e formação com a juventude, como forma de preparação para um encontro regional. Uma das autoras deste artigo participou do evento realizado nos dias 24 e 25 de

junho de 2017, na cidade de Açailândia, Maranhão, e por meio de observação participante e entrevistas buscou identificar como a Justiça nos Trilhos se articula com esses atores sociais: os jovens.

Sposito (2000) diz que é após a Segunda Guerra Mundial que surgem os estudos baseados no potencial transformador e contestador do segmento juvenil, com análises sobre a participação estudantil e práticas culturais. A autora destaca que a incorporação dos atores juvenis para o tema dos movimentos é um processo de reconhecimento de suas vulnerabilidades e de seu potencial transformador. No contexto dos impactos socioambientais decorrentes da exploração mineral na Amazônia, identificamos essa vulnerabilidade diante de questões complexas como: exploração sexual de jovens e adolescentes, desemprego, falta de acesso à educação e a cultura, violência, dentre outros.

A autora (2000) afirma ainda que existe um horizonte de conflitos quando falamos de ações coletivas juvenis, e esse horizonte deve ser analisado conforme uma variedade de experiências “marcadas pelo intenso grau de trocas sociais que propiciam a construção de identidades comuns, de sentimentos de pertencimento e de canais de expressividade” (SPOSITO, 2000, p.16). Além disso, também é importante a compreensão das manifestações da juventude como ações políticas que buscam reconhecimento e garantia de seus próprios direitos.

Melucci (1997) defende que a temática juvenil ao ser analisada dentro de uma visão maior, a dos movimentos sociais, precisa ser compreendida de forma macro-sociológica, percebendo as experiências individuais dos atores sociais. Melucci estuda a sociedade e os movimentos sociais a partir da existência dos conflitos, para ele os atores são grupos que indicam os problemas cruciais de uma sociedade e os jovens são atores-chaves nas sociedades complexas.

Nos últimos trinta anos a juventude tem sido um dos atores centrais em diferentes ondas de mobilização coletiva: refiro-me a formas de ação inteiramente compostas de jovens, assim como a participação de pessoas jovens em mobilizações que também envolveram outras categorias sociais (MELUCCI, 1997, p.12).

Segundo o autor, os atores juvenis são responsáveis por nos fazer repensar formas de análises sobre ações coletivas, tendo em vista que eles são mais fragmentados, específicos e não podem ser considerados como grupos estáveis. Com os jovens temos a oportunidade de pensar em “novos modelos culturais, formas de relacionamentos e pontos de vista alternativos” (MELUCCI, 1997, p.12).

Isso nos leva a refletir sobre o contexto dos novos movimentos sociais que se caracterizam pela ação coletiva e pelo distanciamento dos partidos políticos (TOURAINÉ, 1989), e na construção histórica de práticas cidadãs que são interpretadas e reinterpretadas. Mouffe (2003) reforça a importância de entender a natureza da cidadania a partir de uma perspectiva “agonística”. “Neste caso, não existe uma única concepção de cidadania que deveria ser aceita por todos. Para cada interpretação dos princípios ético-políticos corresponde um entendimento diferente de cidadania” (MOUFFE, 2003, p.17).

Para a autora (1993, p. 89), as discussões sobre cidadania indicam a crescente consciência de uma nova forma de pensar a democracia. A autora destaca que “El modo en que definimos la ciudadanía está íntimamente ligado al tipo de sociedad y de comunidad política que queremos”. Ainda segundo Mouffe, essas discussões perpassam pela criação de uma identidade política comum construída entre sujeitos democráticos.

Tendo isso em vista, a natureza do sentido de política para as sociedades está intimamente ligada com a questão da cidadania. E o que a autora defende

é a superação de uma concepção única e tradicional, tanto de democracia quanto de cidadania. Por isso, para as duas concepções Mouffe (1993) estabelece uma ideia de pensamento “radical”.

Si entendemos la ciudadanía como la identidad política que se crea a través de la identificación con la república, se hace posible un nuevo concepto de ciudadano. En primer lugar, estamos tratando con un tipo de identidad política, una forma de identificación, ya no simplemente con un estatus legal. El ciudadano no es, como en el liberalismo, el receptor pasivo de derechos específicos y que goza de la protección de la ley (MOUFFE, 1993, p 101).

É nesse sentido que a autora fala de “uma cidadania democrática radical”, onde diferentes pessoas podem ter diferentes definições para o bem comum e que a identidade não se realiza como uma identidade sobreposta a todos. A cidadania é vista aqui como um princípio de articulação entre os indivíduos, trata-se de uma questão subjetiva e que reconhece as liberdades individuais.

Dito isto, identificamos que a Rede Justiça nos Trilhos realiza diversas formas de articulações em rede para denunciar impactos e promover cidadania, tendo como protagonista a juventude atingida pela mineração na Amazônia. O que não deixa de ser uma forma política de agir. Além do encontro destacado aqui, a Rede realiza a Jornada da Juventude do Campo, reunindo e discutindo com os jovens, questões ligadas à terra ao território; e ações como oficinas de comunicação popular, formações e intercâmbios.

Articulações da juventude contra os impactos da Vale S.A. na Amazônia brasileira

O Encontro da Juventude Atingida pela Mineração (Figura 2), que aproveitamos para um diálogo neste artigo ocorreu durante os dias 24 e 25 de

junho de 2017, na Casa Familiar Rural de Açailândia, no estado do Maranhão e reuniu 40 jovens de comunidades situadas nas proximidades da EFC, impactadas pela mineradora Vale S.A. Esses mesmos territórios também atingidos pelas atividades da siderurgia, pelo monocultivo de eucalipto e de soja, dentre outros fatores ambientais, foram pautas dos debates, rodas de conversas e oficinas realizados na programação do encontro.

Figura 2: Encontro da Juventude Atingida pela Mineração



Fonte: Justiça nos Trilhos, 2017.

Os atores sociais que participaram do encontro são, em sua maioria, integrantes das redes de articulações da Justiça nos Trilhos e outros estavam participando do momento pela sua primeira vez. São jovens e adolescentes entre 15 e 25 anos que se reuniram junto às lideranças comunitárias mais velhas e outros articuladores da Rede, como jornalistas e educadores populares. As

atividades desenvolvidas foram coordenadas pelos próprios jovens com a ajuda de algumas pessoas de faixa etária mais avançada.

Por meio da observação participante e entrevistas percebemos que os debates construídos no Encontro da Juventude Atingida pela Mineração, ocorrido em Açailândia-MA, promoveram uma reflexão a respeito da posição social “ser atingido” e “não ser atingido”. Os jovens entrevistados para este artigo são identificados com nomes fictícios, adotados aqui por denominações de flores brasileiras. O anonimato dos atores sociais foi necessário diante do envolvimento de alguns deles em processos criminais relacionados ao enfrentamento dos impactos negativos provocados pela Vale S.A.

Os nomes das flores brasileiras, e, principalmente do Nordeste, foram utilizados para fazer referência simbólica à representatividade que os movimentos e lutas protagonizados pelos jovens têm na defesa dos direitos de comunidades atingidas pela exploração mineral na Amazônia, em especial no Maranhão, estado da juventude entrevistada.

Alguns jovens manifestaram em suas falas o sentimento de não se considerarem atingidos pelos impactos da Vale S.A. diante do fato de morarem distante da Estrada de Ferro Carajás e por entenderem que apenas as pessoas que residem às margens da ferrovia podem ser caracterizadas com tal. Esse entendimento foi sendo desconstruído durante o encontro, como afirma o seguinte relato.

“O encontro da formação tem uma grande importância para mim, antes de participar eu não tinha essa noção basicamente do que esses jovens que são atingidos pela Vale que é o tema que a gente tá trabalhando hoje... Do que essas pessoas que moram na comunidade passam. Então foi bem importante pra “mim” conhecer a realidade de meus colegas, porque em dizer que eu não sou atingida pela Vale eu estou errada, as pessoas que me cercam são atingidas, então de certa forma eu sou atingida” (MACELA, 2017).

Diferentemente, os relatos de outros atores entrevistados priorizavam o dia-a-dia das comunidades do corredor de Carajás, manifestando a complexidade que envolve a violação dos direitos pelos quais passam e enfatizando os impactos negativos vivenciados em suas práticas cotidianas. Fatos que, para muitas pessoas, dos próprios territórios, são naturalizados.

“O nosso dia-a-dia é bem assim... Sofrido! Porque no ato da duplicação dos trilhos eles não tiveram aquele cuidado de fazer uma passagem segura para nós da comunidade. É o que mais a gente exige porque tem um túnel que passa... e no período do inverno esse túnel enche e não temos a possibilidade de tá passando. Aí a comunidade sempre usa... Passar por cima da ferrovia [...] Então se você retornar pelo túnel, você vai caminhar dois quilômetros para chegar até o local da travessia” (LÍRIO, 2017).

O relato do ator social denominado nesta pesquisa como Lírio descreve as dificuldades de passagem pela ferrovia, de concessão da empresa Vale S.A. Túnel é um tipo de passagem construído pela mineradora para que os moradores passem por baixo da EFC, mas em muitas comunidades esses acessos são pensados e executados sem consulta à população e encontram-se com infraestrutura incompatível com o uso. Isso faz com que as pessoas usem caminhos alternativos e passem por cima da ferrovia, correndo riscos de vida.

O Encontro da Juventude Atingida pela Mineração promoveu debates com os jovens em dois sentidos: um a partir da vivência com os impactos da mineração e outro a partir da organização e mobilização frente a esses impactos. Lírio afirmou que em sua comunidade, a juventude está sempre disposta a participar das manifestações organizadas para cobrar da Vale S.A. compensações pelos danos sofridos. “Sempre que a gente diz assim: vamos fazer uma manifestação... A juventude vai em peso”. (LÍRIO, 2017).

Muitos dos jovens participantes desenvolvem atividades de mobilização popular nas comunidades onde moram e nas escolas em que estudam. Nessas comunidades há uma presença de Casas Familiares Rurais, são escolas de tempo integral que estimulam a formação no campo e para o campo. O Encontro da Juventude Atingida pela Mineração foi composto, em sua maioria por estudantes que também frequentam esse modelo educacional. A rotina estudantil é uma realidade impactada pela exploração mineral.

Eu gosto de debater em plenárias, em seminários, por isso que os meninos sempre falam que são impactados, porque eles vêm da casa deles... Todo aluno tem que tá dez horas na escola (...). Aí os meninos tem o medo de chegar na passagem e o trem tá parado. Então de todo jeito cada um é impactado pela Vale (LÍRIO, 2017).

Desse modo, os encontros entre diferentes jovens são importantes para o compartilhamento de experiências, o intercâmbio de iniciativas e o aprofundamento dos debates e estudos que ocorrem em cada território afetado pela mineradora Vale S.A. Manacá da Serra destaca esse tipo de evento ajuda na formação política e cidadã da juventude e são estratégias comunicativas de luta contra os impactos provocados pela Vale S.A. Em sua fala, percebemos indagações quanto ao custo da exploração mineral acelerada na Amazônia.

Creio que todos nós precisamos de materiais, de celulares... Mas, a que custo? De sangue? Das pessoas morrendo? Tendo seus lugares sendo tomados? Nós temos que sair de nossos lugares para dar lugar a algo que não vai durar a vida toda? Como cidadão eu mereço ter a minha casa, eu mereço ter o meu lugar respeitado... Eu mereço ter a minha forma nativa de viver respeitada. Como eu posso ser expulsa da minha própria casa para dar lugar à mineração? (MANACÁ DA SERRA, 2017).

Sobre o ritmo acelerado nas exportações do minério de ferro da Amazônia, Lúcio Flávio Pinto (2013) esclarece que a Vale S.A. se tornou a principal produtora e a líder na exportação dessa matéria-prima no Brasil. “De cada 10 dólares depositados no Banco Central, um dólar resulta de vendas da empresa, principalmente minério de ferro” (PINTO, 2013, p.58). Crescimento que é confirmado pelos discursos da mineradora. “A empresa tornou-se uma transnacional, está presente em 38 países dos cinco continentes” (VALE, 2016).

Manacá da Serra, Lírio e Macela citam apenas alguns dos impactos da Vale S.A. na Amazônia que se somam à poluição do ar e sonora, impedimento do direito de ir vir, remoções forçadas, rachaduras nas casas, trepidações, assoreamento de rios e riachos, entupimento de igarapés, criminalizações, impedimento do direito de expressão e manifestação, espionagem, atropelamentos, mortes, interferência nos modos de vida e expressões culturais, dentre outros.

A formação coletiva da juventude atingida pela mineração ocorre de forma processual tendo em vista que esses atores ainda se mobilizam junto com outros segmentos de atingidos, mas o protagonismo dos atores jovens tem se tornado cada vez mais evidente a ponto de realizarem encontros anuais de articulações e reflexões especificamente sobre a juventude atingida pela mineração. É o que representa a fala de Macela:

“E hoje eu já entendo mais sobre a realidade de quem é atingido pela Vale. A minha visão sobre a Vale... eu via uma coisa que a mídia me repassava de uma forma totalmente distorcida, pra mim era uma coisa assim, ah, é algo que dá dinheiro então tá trazendo a felicidade de algumas pessoas. E participando da formação eu vim aprender que não é isso, que as pessoas exploram os recursos naturais, eles estão sendo felizes porque tão obtendo dinheiro, capital sobre aquilo, mas quem tá ficando lá atrás com o resto, com a pobreza, pras pessoas que a Estrada Carajás corta as comunidades, porque o que fica é isso,

é a miséria e a pobreza para as pessoas que lá moram” (MACELA, 2017).

A mudança de perspectiva é fruto de discussões internas entre os jovens em suas comunidades e compartilhadas durante os encontros. Essas rupturas também guia-nos no sentido daquilo que fala Mouffe (1993), ao afirmar que a cidadania é um princípio que muda historicamente e que os indivíduos não são atores passivos à espera do estabelecimento de “uma cidadania plena”. Ao se afirmarem como atores políticos, os jovens se articulam e lutam por questões básicas, como o direito de ir e vir, mas que se tornaram limitados ou foram retirados a partir de uma ação que se realiza de cima para baixo.

Considerações

A Rede Justiça nos Trilhos nasceu duas décadas após a chegada de um dos maiores projetos de mineração da Amazônia, o Programa Grande Carajás (PGC), em um cenário permeado por inúmeras histórias de pessoas que vivenciam violações de direitos. Os encontros de atingidas e atingidos são uma forma de mobilização, formação coletiva e articulação em rede entre diferentes atores que compartilham dessas violações.

As injustiças sociais e ambientais cometidas pela mineradora Vale S.A. se tornaram as principais motivações para o surgimento dessas lutas coletivas e formas de atuação. Pinsky e Pinsky (2013) afirmam que essas práticas dão sentido à noção de cidadania.

Na medida em que constituem processos históricos de conquista de direitos e deveres, a cidadania e a democracia concretizam-se, pois, na sociabilidade cotidiana e na verdadeira eficácia das instituições e equipamentos públicos. O grande desafio de hoje – quando as potencialidades técnicas e materiais da humanidade permitem a solução dos problemas de fome e de miséria – é enfrentar as

situações de extremas misérias e de carência que correspondem a um país de enormes diferenças sociais (PINSKY; PINSKY, 2013, p.513).

A história de resistência e promoção da cidadania nas comunidades atingidas pela Vale S.A. foi sendo estabelecida pelos desafios de encarar as violações de direitos como causas para a transformação social. Percebemos que o Encontro da Juventude Atingida pela Mineração possibilitou momentos de partilha, autonomia dos atores envolvidos e construção de conhecimento. Portanto, essa estratégia utilizada pela Rede Justiça nos Trilhos reforça práticas cidadãs ao debater, pensar e repensar as ações das comunidades afetadas pela Vale S.A., nesse caso, estabelecidas pela juventude.

O encontro foi encarado pelos membros da Rede como uma preparação para o Encontro Regional dos Atingidos pela Vale, um evento maior, que ocorreu na mesma cidade, um mês depois. Ao enfatizar a importância do encontro em sua vida, Lírio destacou que “a gente quer deixar o nosso legado, de um encontro que foi legal e que a gente fez um bonito papel” (LÍRIO, 2017).

Assim, neste artigo fizemos uma reflexão e análise a cerca das estratégias de articulação em rede da Justiça nos Trilhos na Amazônia no âmbito da juventude. Não se trata de esgotar as suas características e funções, pelo contrário, o Encontro da Juventude Atingida pela Mineração é somente uma das experiências vivenciadas pelos atores da rede. Com isso buscamos contribuir na visibilização de vozes que são silenciadas e criticar as ações exploratórias da mineradora Vale S.A. na Amazônia.

Referências

AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas. JP: 30 anos de luta pela causa pública. In Jornal Pessoal. **Agenda Amazônica de Lúcio Flávio Pinto**. Ano XXXI, nº 639, 1ª quinzena de Setembro de 2017.

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou extensão?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LIMA, Venício de. **Mídia: teoria e política.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia.** El Colégio de México, 1999.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política e sociedade.** N.3. Out, 2003, p. 11-26.

_____. **El retorno del lo político: comunidade, ciudadanía, pluralismo, democracia radical.** Barcelona: Editorial Paidós, 1993.

PINTO, Lúcio Flávio. Carajás: ontem, hoje e nunca mais? **Revista Não Vale.** Açailândia. II Edição, 2013. <http://www.justicanostrilhos.org/IMG/pdf/revista_ao_vale_2_-_versao_web_completa.pdf>. Acesso: 14 de jul. 2016.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania.** São Paulo: Contexto, 2013.

REDE JUSTIÇA NOS TRILHOS. **Quem somos.** Disponível em: <http://justicanostrilhos.org/quem-somos>. Acesso em 2 abr. 2017.

RIBEIRO JR.; J. A. S.; MARINHO, S. C. O Estado brasileiro, a economia da Vale na Amazônia maranhense e a Rede Justiça nos Trilhos. **Geografia Ensino e Pesquisa,** v. 17, n.3 p. 34-53, set-dez. 2013.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos).

SPOSITO, Marília Pontes. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. **Revista Brasileira de Educação.** Caxambu, setembro de 1999.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais: para evitar mal entendidos. **Lua Nova.** São Paulo, n. 17, jun 1989.



revista
Observatório

ISSN nº 2447-4266

Vol. 4, n. 6, Outubro-Dezembro. 2018

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2018v4n6p729>

VALE. **Quem Somos.** Disponível em:
<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/Paginas/default.aspx>. Acesso em 4
jun. 2017.